



## IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA Portugal, território de territórios

---

---

ÁREA TEMÁTICA: Sociologia da Educação [ST]

---

---

### **DESAFIOS LOCAIS DA DESCENTRALIZAÇÃO EDUCATIVA: A INFLUÊNCIA MÚTUA DA DEMOGRAFIA ESCOLAR NA DEFINIÇÃO DA OFERTA EDUCATIVA DE VIA PROFISSIONAL**

---

---

PIMENTEL, Teresa

Licenciada em Sociologia, CICS.NOVA, FCSH- UNL, [teresal8pimentel@gmail.com](mailto:teresal8pimentel@gmail.com)

---

PELIZ, Marina

Mestre em Sociologia, Conselho Nacional de Educação, [marina.peliz@cnedu.pt](mailto:marina.peliz@cnedu.pt)

---

### Resumo

Num momento em que o processo de descentralização educativa em Portugal significa o assumir de novas responsabilidades pelas autoridades locais é preciso dar resposta a um conjunto de desafios, cada vez mais exigentes e complexos, que são colocados não só a estas entidades, mas também aos agrupamentos e escolas não agrupadas. Para responder a estes desafios é preciso planear estrategicamente a educação da população a escolarizar do município, o que passa pela quantificação da procura e pela identificação das ofertas educativas que melhor se adequam não só à motivação dos alunos, mas também às condições de empregabilidade que o próprio município pode oferecer, dado o seu tecido socioeconómico. A definição de políticas públicas que condicionam o acesso ao ensino e o percurso escolar, como é o caso da definição da oferta de ensino profissional, tem vindo a ser apropriada pelas escolas secundárias da rede pública, mas é cada vez mais condicionada pela diminuição da população em idade escolar que, a par com a crise económico-financeira e com a incerteza que prevalecem na escolha das trajetórias escolares, contribui para a desmotivação dos jovens para a obtenção de uma maior qualificação, o que se traduz na manutenção de baixos níveis de qualificação em alguns concelhos e territórios do país e na manutenção do desajustamento da oferta educativa aos eixos de desenvolvimento socioeconómico de cada município. Nesta comunicação, procuramos responder a alguns destes desafios em dois municípios, com características diferenciadas no que diz respeito à sua dimensão populacional, contexto socioeconómico e oferta educativa.

### Abstract

At a time that the decentralization process of education in Portugal means the taking of responsibilities by local authorities, it is necessary to address a number of challenges increasingly demanding and complex that are placed not only to these entities, but also to grouped and non-grouped schools. To meet these challenges, we must strategically plan the education and schooling of the local population, which involves the quantification of the demand and the identification of educational and training offer that are best suited not only to the motivation of the students, but also to the employment conditions that the municipality itself can offer, given its socioeconomic tissue. The definition of public policies that affect access to education and schooling, as is the case of vocational education provision, has been appropriated by secondary public schools, but is increasingly constrained by the decline of school-age population which, together with the economic and financial crisis and the uncertainty prevailing in the choice of school history, contributes to the motivation of young people to obtain a higher qualification, which results in maintaining low levels of qualification in some municipalities and territories of the country and the maintenance of the maladjustment of the educational offer to the socioeconomic development priorities of each municipality. In this communication, we seek to answer to some of these challenges in two municipalities with different characteristics in relation to its population size, socioeconomic background and educational provision.

Palavras-chave: Planeamento estratégico; Demografia escolar; Oferta Educativa

Keywords: Strategical planning; scholar demography; educational provision

[COM0248]



Num momento em que o processo de descentralização educativa em Portugal significa o assumir de novas responsabilidades pelas autoridades locais (Cerca, 2007), mais recentemente pela Lei nº 75/2013, é preciso dar resposta a um conjunto de desafios, cada vez mais exigentes e complexos, que são colocados não só a estas entidades, mas também aos agrupamentos e escolas não agrupadas.

Para responder a estes desafios é preciso planear estrategicamente a oferta educativa a disponibilizar à população a escolarizar. Quando nos referimos a planeamento estratégico, identificamos três fases: análise ou diagnóstico do sistema; formulação de políticas e plano de ação (Chang, 2008 in Gonçalves & Batista (eds.), 2016).

A primeira fase diz respeito ao diagnóstico da realidade existente pela quantificação da população a escolarizar e pela identificação da oferta existente. Quanto à quantificação da população a escolarizar, esta tem sido levada a cabo com base numa análise transversal, ou seja, nos alunos matriculados em determinado ano letivo e nas taxas de escolarização calculadas por relação à idade normal de frequência. A análise que aqui propomos baseia-se não só na caracterização da realidade existente, mas especialmente na projeção da população em idade de frequência escolar, o que permite identificar a procura futura dentro de cenários demográficos previamente estabelecidos com base nas tendências identificadas.

Na fase da formulação de políticas, o diagnóstico anterior vai permitir aos diferentes atores (principalmente autoridades municipais e escolares, mas também à comunidade na qual a escola está inserida e as famílias) discutir os desafios que os municípios e os agrupamentos e/ou escolas não agrupadas vão enfrentar na década seguinte, tal como as possíveis soluções encontradas através das políticas formuladas (não podemos esquecer que estas políticas devem ser analisadas tendo em conta os constrangimentos das políticas adotadas a nível nacional e as diretrizes emitidas a nível europeu para a área da educação).

A terceira fase diz respeito ao produto físico do processo de planeamento estratégico, isto é, o documento final que antecede a ação, onde, para além do diagnóstico, estão incluídas prioridades e metas de ação e estratégias e políticas a ser implementadas para atingir aquelas metas.

Assim, para planear estrategicamente a escolarização de uma população é necessário fazer o diagnóstico em duas vertentes: a da caracterização e projeção da população em idade de frequência escolar e da identificação das ofertas educativas existentes e/ou daquelas que melhor se adequam não só à motivação dos alunos, mas também às condições de empregabilidade que o território que estamos a considerar pode oferecer, dado o seu tecido socioeconómico.

Estes dois aspetos influenciam-se mutuamente na definição da oferta educativa e formativa a disponibilizar e é esta influência que pretendemos retratar.

A população escolar, tal como qualquer outra população, vive e reproduz-se através de determinadas dinâmicas, neste caso as dinâmicas da atividade escolar, que consistem na sucessão cíclica de entradas e saídas individuais no sistema de ensino (Bandeira, 2007). No entanto, uma população-mãe (exemplo: população portuguesa) assegura a sua renovação pela substituição de gerações, enquanto a população escolar depende de fatores exógenos para se reproduzir (Bandeira, 2007, p. 517).

Um desses fatores é a definição de políticas públicas que condicionam o acesso ao ensino e o percurso escolar, como é o caso da definição da oferta educativa ao nível do ensino profissional, que tem sido objeto de um forte investimento e de uma procura crescente por parte dos alunos/famílias que optam por esta via de ensino, vocacionada para a qualificação de jovens e sua preparação para o mercado de trabalho (Peliz, 2014). Com efeito, a via profissional tem vindo a ser apropriada pelas escolas secundárias da rede pública, que desenvolvem estratégias competitivas mais direcionadas para a manutenção das bases de recrutamento e manutenção de professores do que para a captação de alunos (Peliz, 2014). Esta via é também, e cada vez mais, condicionada pela diminuição da população em idade escolar que, a par com a crise económico-financeira (cujas consequências no (des)emprego parecem cristalizar-se) e com a incerteza que prevalecem

na escolha das trajetórias escolares (Sebastião, 2009), contribui para a desmotivação dos jovens para a obtenção de uma maior qualificação, o que se traduz na manutenção de baixos níveis de qualificação em alguns concelhos e territórios do país e na manutenção do desajustamento da oferta educativa aos eixos de desenvolvimento socioeconómico de cada município (Peliz, 2014).

O inverso também se verifica, com a procura de cursos e formações diferenciados a pautar as movimentações pendulares e culminando, muitas vezes, na migração da população escolarizada para concelhos com capacidade de absorção dos recém-formados no seu mercado de trabalho.

Na presente comunicação procuramos identificar e analisar alguns destes desafios em dois municípios, com características diferenciadas no que diz respeito à sua dimensão populacional, contexto socioeconómico e oferta educativa. Com esse objetivo, apresentaremos a caracterização e projeção da população em idade de frequência escolar, a caracterização socioeconómica dos municípios e a oferta educativa profissional atual, culminando com os pontos que nos parecem fulcrais para a definição desta oferta num futuro próximo.

## **1. Metodologia**

Esta apresentação resulta das questões que nos foram surgindo aquando da elaboração dos Diagnósticos e Linhas Gerais de Ação para os Planos Estratégicos Educativos Municipais dos concelhos que integram o Projecto ESCXEL – Rede de Escolas de Excelência. Este projeto baseia-se numa rede de escolas constituída pelos agrupamentos e escolas não agrupadas da rede pública situados em oito concelhos portugueses (Amadora, Batalha, Castelo Branco, Constância, Mação, Oeiras, Sardoal e Vila de Rei) e tem por objetivos capacitar as escolas e as comunidades (alunos, professores, pais, cidadãos, decisores políticos) para a promoção da excelência educativa; capacitar tecnicamente e assessorar os Municípios para a adoção de planos e estratégias de desenvolvimento educativo local; identificar, difundir e monitorizar as “boas práticas” escolares; desenvolver modelos de monitorização do desempenho e autoavaliação das escolas; e a produção de conhecimento científico sobre as dinâmicas educacionais, sociais e culturais locais.

Os diagnósticos elaborados suscitaram-nos questões que, dada a natureza extensiva dos documentos, não nos foi possível explorar detalhadamente. Neste sentido, apresentaremos a nossa exploração de uma dessas questões através do diagnóstico e projeção da população até 2025 com base nos dados provenientes do INE e Pordata relativos aos anos censitários de 1960, 1981, 1991, 2001 e 2011 e utilizando o método das Componentes por Coortes, e da caracterização socioeconómica dos concelhos selecionados com base nos dados do INE, PORDATA e Sales Index (2015). A oferta educativa e formativa dos concelhos foi cedida pelos agrupamentos de escolas. A escolha dos concelhos, Amadora e Vila de Rei, teve por base as suas características diferenciadas no que diz respeito a estes indicadores.

## **2. Caracterização dos concelhos**

O Município de Vila de Rei integra a NUT III Pinhal Interior Sul e pertence ao distrito de Castelo Branco. Estende-se por uma área de 191 Km<sup>2</sup> (19 091 Hectares) e tem uma população residente de 3.452 habitantes, o que se traduz numa densidade populacional de apenas 18 hab/Km<sup>2</sup> em 2011.

Segundo os dados censitários de 2011, a população entre os 0 e os 14 anos diminuiu o seu peso no município para cerca de 9% (menos 20% do que em 1960), a população entre os 15 e os 24 anos também decresceu para 8% e a população entre os 25 e os 64 anos, apesar das oscilações, aumentou em peso relativo. Quanto à população com 65 e mais anos, verificou-se uma tendência de aumento considerável. Se, em 1960, 13% da população de Vila de Rei eram idosos, em 2011 essa proporção passou a ser de 40%.

O índice sintético de fecundidade de 2011 indica-nos também que, em Vila de Rei, uma mulher no final do seu período fértil (49 anos) deixou em média 1,08 filhos, valor que não tem sofrido grandes alterações nos últimos 15 anos. Verificaram-se também fortes oscilações no saldo migratório (diferença imigrantes–

emigrantes) nas últimas duas décadas, destacando-se o aumento exponencial entre 1994 e 2002, altura em que se passou de um saldo migratório positivo de 1 indivíduo para um saldo de 62 indivíduos.

Em suma, Vila de Rei era um dos concelhos mais envelhecidos e menos densamente povoados do Médio Tejo.

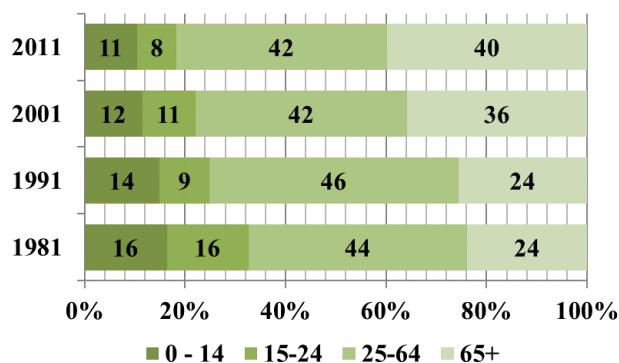


Figura 1 – Distribuição da população de Vila de Rei por grandes grupos etários, censos 1981, 1991, 2001, 2011. Fontes: INE, Dados definitivos dos Censos da População 1981, 1991, 2001 e 2011.

O Município da Amadora integra a NUT III Grande Lisboa, estendendo-se por uma área de 2346 hectares (23,78 Km<sup>2</sup>). Em 2011, a Amadora representava 8,6% da população da NUT III Grande Lisboa, na região de Lisboa e Vale do Tejo,

Segundo os dados censitários, a população entre os 0 e os 14 anos diminuiu o seu peso no município entre 1981 e 2001, estagnando depois nos 15% entre 2001 e 2011. A população entre os 15 e os 24 anos decresceu cerca de 5% entre 1991 e 2011, enquanto a população entre os 25 e os 64 anos não apresentou uma tendência evolutiva clara, principalmente nos últimos 20 anos, em que aumentou a sua proporção na primeira década (1991 a 2001) mas voltou a diminuir na década seguinte (2001 a 2011). Por último, verificou-se uma tendência de aumento considerável na população com 65 e mais anos: se em 1981 6% da população da Amadora era idosa, em 2011 essa proporção passou para 19%.

O índice sintético de fecundidade indica-nos também que, na Amadora, uma mulher no final do seu período fértil (49 anos) deixou em média 1,52 filhos em 2011, valor que não tem sofrido grandes alterações nos últimos 15 anos. O saldo migratório aumentou entre 2003 e 2011 face ao verificado nos anos anteriores, mas passou a negativo em 2012 e 2013.

Amadora é o segundo concelho mais envelhecido e o mais densamente povoado da Grande Lisboa.

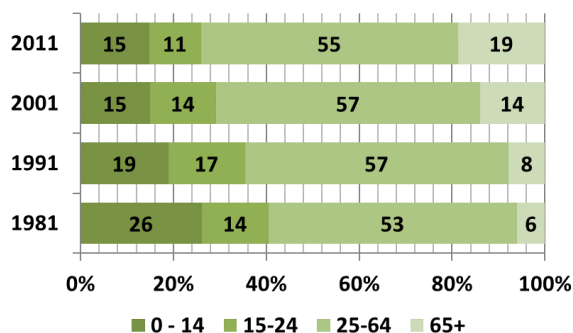


Figura 2 – Distribuição da população de Amadora por grandes grupos etários, censos 1981, 1991, 2001, 2011. Fontes: INE, Dados definitivos dos Censos da População 1981, 1991, 2001 e 2011.

### 3. Caracterização socioeconómica dos concelhos

A Amadora foi o 5º concelho da Área Metropolitana de Lisboa a perder mais poder de compra em 2013 (103,6), mas manteve-se ligeiramente acima do índice da média nacional. Também em 2013, Vila de Rei registou o menor volume de exportações de todos os concelhos da CIMT (dados provisórios do Instituto Nacional de Estatística), tendo representado 0,002% das exportações do Médio Tejo, região que representava 7,76% das exportações da região Centro. Comparando o índice de poder de compra de cada um dos concelhos com o da região a que pertence, verificamos que ambos se situam cerca de 26 pontos abaixo do índice da região.

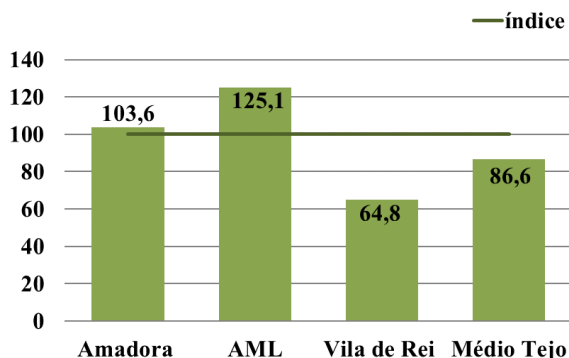


Figura 3 – Poder de compra per capita concelho e regional (2013). Fonte: PORDATA, última atualização: 2016-05-19, consultado em 04-04-2016. Fonte de dados: INE - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio.

Cerca de 6% das empresas da região da Grande Lisboa situavam-se na Amadora, 15089 empresas no total, a maioria (97,5%) pequenas e microempresas com menos de 10 trabalhadores. A Amadora beneficia de dois eixos empresariais particularmente importantes em termos de potencial de *clusterização*, de criação de valor e de emprego (apesar da dinâmica do tecido empresarial se apresentar bastante negativa), nomeadamente a concentração de empresas nos segmentos de computação e comunicação móvel, de multimédia e desenvolvimento de interfaces gráficas interativas, redes de dados, sistemas distribuídos e aplicações, protocolos de comunicação em rede, bem como nos segmentos de eletrónica e computação de elevada incorporação tecnológica e de produção de conhecimento (Batista, Gonçalves, Peliz, & Pimentel, 2016a).

O número de empresas de Vila de Rei representava 1,21% das empresas do Médio Tejo em 2013, com um total de 289 empresas, distribuídas por um conjunto de micro e pequenas empresas com menos de 10 trabalhadores (mais de 90%) e uma percentagem de 3%, sobre o total (283) das empresas do concelho que empregavam 10 a 49 trabalhadores. A especialização económica do tecido industrial centra-se nas áreas da exploração florestal (fundamentalmente, do pinhal), da silvicultura, das indústrias da madeira (fabrico de mobiliário, serração e carpintaria), agroalimentar (transformação de carnes), materiais de construção (construção civil) e materiais de transporte, bem como de serviços do comércio e de logística (Batista, Gonçalves, Peliz, & Pimentel, 2016).

	<i>Vila de Rei</i>		<i>Amadora</i>	
	N	%	N	%
<b><i>TOTAL Empresas</i></b>	289	100,0	15089	100,0
<b><i>com &lt;10 Trab.</i></b>	<b>283</b>	<b>97,9</b>	14714	97,5
<b><i>com 10 a 49 Trab.</i></b>	6	2,1	<b>305</b>	<b>2,0</b>
<b><i>com 50 a 249 Trab.</i></b>	0	0,0	<b>55</b>	<b>0,4</b>
<b><i>com 250 ou mais Trab.</i></b>	0	0,0	<b>15</b>	<b>0,1</b>

Quadro 1 – Número de empresas por escalão de pessoal ao serviço (2013). Fonte: INE, IP, Portugal, 2014; Ministério da Economia, Quadros de Pessoal.

A Amadora apresenta uma das posições mais elevadas no conjunto dos concelhos da região da Grande Lisboa quanto ao nível de habilitações da população empregada, com 27,1% de população detendo um grau de ensino superior, sobressaindo a percentagem (2,4%) de população empregada com habilitações ao nível do Mestrado, a segunda maior dos concelhos da região da Grande Lisboa, o que reflete a importância do tecido empresarial, cujas atividades intensivas em conhecimento requerem formações e qualificações mais elevadas (Batista, Gonçalves, Peliz, & Pimentel, 2016a).

Por seu lado, Vila de Rei tem mais de metade da população empregada com apenas o 3º ciclo (31%) ou com o Ensino Secundário (21,6%).

	<i>Vila de Rei</i>		<i>Amadora</i>	
	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Total</b>	564	98,9*	37759	100,0
<b>Ignorado</b>	0	n.a.	121	0,3
<b>&lt;1ºciclo</b>	0	n.a.	279	0,7
<b>1ºciclo</b>	97	17,2	5181	13,7
<b>2ºciclo</b>	94	16,7	4138	11,0
<b>3º ciclo</b>	174	30,9	9350	24,8
<b>E. Secundário</b>	122	21,6	9818	26,0
<b>E. Superior</b>	71	12,6	8872	23,5

Quadro 2 – População empregada (TCO) por nível de habilitação (2013). Fonte: PORDATA, última atualização: 2015-07-24. Fonte de dados: GEE/Mec. Nota: A discrepância na percentagem diz respeito aos dados disponibilizados pela fonte e não a um erro de cálculo. Legenda: n.a. – não aplicável.

<i>Sector</i>	<i>Vila de Rei</i>	<i>Amadora</i>
<b>Primário</b>	683	873
<b>Secundário</b>	658	<b>1412</b>
<b>Terciário</b>	<b>705</b>	1243

Quadro 3 – Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem. Fonte: INE, 2014/Ministério da Economia: Quadros de Pessoal.

Quanto ao rendimento da população empregada, os dados mostram que o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (TCO), no concelho de Vila de Rei, é de 692,21 euros, valor bastante inferior ao da região do Médio Tejo (951,05 euros). O ganho médio mensal mais elevado verifica-se no sector terciário, seguido pelo sector primário.

Na Amadora, o ganho médio mensal dos TOC mostra que as remunerações mais altas advêm do setor secundário, ao contrário do que seria expectável. Sobressai, no entanto, a valorização das habilitações de Mestrado, cujos ganhos são superiores aos praticados em todos os outros concelhos da Grande Lisboa.

Uma vez caracterizados os concelhos quanto à sua demografia e tecido económico, passamos agora para a projeção da população em idade de frequência escolar a fim de perceber os impactos que as alterações demográficas terão na população a escolarizar em cada um dos concelhos.



#### 4. Projeção da população em idade de frequência escolar no cenário moderado

Por uma questão de limite de tempo na comunicação, apresentamos aqui apenas a projeção para o cenário moderado, para cada um dos concelhos.

Se, no concelho de Vila de Rei, se mantiver o saldo migratório positivo, projeta-se um aumento da população entre 2011 e 2025 em cerca de 180 habitantes (tinha 3470 hab.). Esta projeção evidencia também um ligeiro aumento da população em idade de frequência até ao 2º ciclo e uma perda de população no 3º ciclo e ensino secundário (Pimentel, 2014).

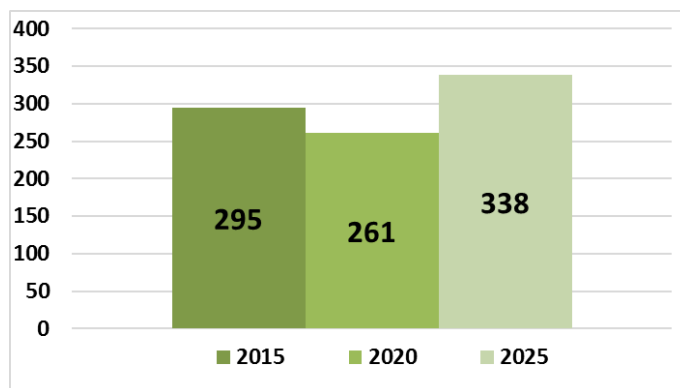


Figura 4 – População de Vila de Rei em idade de frequência escolar (3-17 anos) em 2015, 2020 e 2025.

Fontes: Projeções elaboradas pelo autor com base nos dados definitivos dos censos da população com auxílio do programa Demproj, Futures Institute, 2015.

Na Amadora, a manter-se o saldo migratório negativo, projeta-se um decréscimo da população entre 2011 e 2025 em cerca de 5390 habitantes (tinha 175 136 hab.) e uma diminuição da população em idade de frequência, exceto no 3º ciclo (aumento de 10 indivíduos).

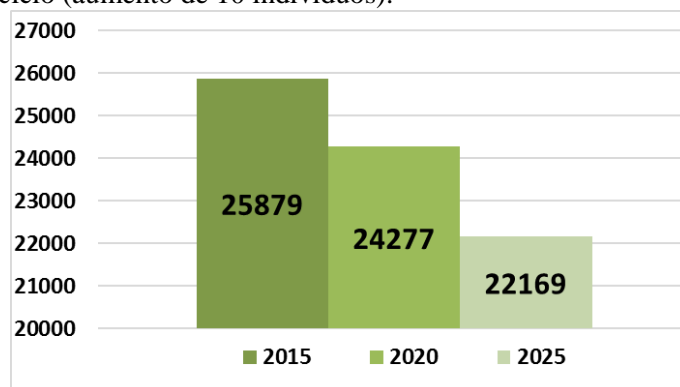


Figura 5 – População da Amadora em idade de frequência escolar (3-17 anos) em 2015, 2020 e 2025. Fontes:

Projeções elaboradas pelo autor com base nos dados definitivos dos censos da população com auxílio do programa Demproj, Futures Institute, 2015.

Esta projeção dá-nos uma estimativa da população a escolarizar até 2025, mas não tem em conta outros fatores sociais, económicos e até de escolha das famílias e que podem afetar o número efetivo de matriculados em cada ano letivo. Por exemplo, esta projeção não reflete a população residente que estuda noutro concelho. Ainda assim, esta aproximação ao cenário futuro permite-nos identificar alguns desafios colocados aos atores locais caso esta projeção se confirme, sendo o principal a quebra demográfica, que terá

especial impacto no concelho da Amadora em termos gerais, mas que apresentará desafios mais específicos a Vila de Rei, como veremos no próximo quadro.

A questão que se coloca de seguida é a seguinte: mantendo a percentagem da população a frequentar as modalidades de ensino e assumindo que toda a população em idade de frequência escolar estudará no concelho e no ciclo adequado à idade, qual será o número de alunos a frequentar no ano letivo 2025/2026?

<i>Ano letivo 2013/2014*</i>								
	Alunos do 3º ciclo não regular		Total alunos 3º ciclo	Alunos E. Secundário não regular		Alunos Ensino Profissional		Total alunos E. Secundário
	N	%	N	N	%	N	%	N
<i>Amadora</i>	900	17,38	5178	1325	29,56	1258	28,07	4512
<i>Vila de Rei</i>	23	20,18	114	22	24,72	22	24,72	114

<i>Ano letivo 2025/2026**</i>								
	Alunos do 3º ciclo não regular		População 12-14 anos	Alunos E. Secundário não regular		Alunos Ensino Profissional		População 15-17 anos
	N	%	N	N	%	N	%	N
<i>Amadora</i>	935	17,38	5380	1608	29,56	1527	28,07	5440
<i>Vila de Rei</i>	12	20,18	60	12	24,72	12	24,72	48

Quadro 4 – Alunos do 3º ciclo e Ensino Secundário não regular e alunos do Ensino Secundário Profissional nos anos letivos 2013/2014 e 2025/2026. Fontes: \*MISI, DGEEC, cálculos próprios; \*\* Projeções elaboradas pelo autor com base nos dados definitivos dos censos da população com auxílio do programa Demproj, Futures Institute, 2015 e extrapoladas por modalidade de ensino com base das percentagens verificadas para 2013/2014.

Como podemos verificar no Quadro 4, na Amadora verifica-se um aumento ligeiro de população a frequentar o 3º ciclo não regular e um aumento mais relevante no Ensino Secundário não regular e também no Ensino Profissional. Já no caso de Vila de Rei verifica-se um decréscimo generalizado da população a frequentar, sobressaindo a perda de alunos no Ensino Profissional, a qual pode impedir a constituição de turmas com número de alunos suficiente para a abertura dos cursos. Esta situação pode refletir-se na perda de população para outros concelhos por não existir oferta ao nível do ensino profissional, especialmente num concelho onde a população empregada já demonstra ter habilitação maioritariamente ao nível do 3º ciclo e do ensino secundário, não prosseguindo para estudos superiores.

## 5. A oferta formativa face à especialização económica

A definição da oferta formativa profissional deve ter dois objetivos primordiais: preparar os alunos para a inserção no mercado de trabalho e preparar os alunos para o prosseguimento de estudos, quer superiores universitários, quer superiores profissionais, como é o caso da oferta de cursos técnicos superiores profissionais (CTeSP), na área a que essa oferta se dedica. Para além deste mandato normativo do ensino profissional, existe a prática de aconselhamento aos alunos com insucesso escolar para a frequência de um curso profissional a fim de concluir o Ensino Secundário e obter uma qualificação de nível IV que os capacita, ao mesmo tempo, para ingressar no mercado de trabalho. Esta prática não retira, no entanto, a importância da adequação da oferta formativa profissional à especialização económica local/regional a fim de promover uma melhor absorção e integração dos recém-formados no mercado de trabalho.

Quando comparamos a especialização económica local/regional com a oferta formativa profissional verificamos uma desadequação, tanto no concelho da Amadora como em Vila de Rei.

Na Amadora, apesar dos esforços desenvolvidos, verificam-se dificuldades de articulação da oferta educativa, o que revela uma total ausência de estratégia concertada que tem resultado numa formulação de contextos competitivos entre os diferentes atores e instituições de educação e formação com prejuízo para um adequado equilíbrio entre a oferta e a procura (Peliz, 2014). O planeamento da oferta formativa é definido, por um lado, ao nível dos agrupamentos de escolas, com um planeamento baseado principalmente nos recursos de cada organização escolar (cf. Peliz, 2014); por outro lado, ao nível do município, cujas iniciativas promovidas demoram a dar fruto; sejam elas as que vão no sentido da obtenção de um planeamento concertado que entre em linha de conta com as várias condicionantes decorrentes da diminuição global do número de alunos, sejam as que decorrem das necessidades de um tecido económico que procura qualificações mais próximas das suas áreas de desenvolvimento técnico e tecnológico, ou até as que surgem das potencialidades de um tecido desportivo e associativo e social fortemente implantado no concelho.

Tendo em conta que o aumento de alunos nas vias profissionais, em detrimento das vias regulares (Batista, Gonçalves, Peliz, & Pimentel, 2016a), em particular de nível secundário, reflete a importância do ensino profissional no concelho da Amadora que aposta fortemente nesta via de ensino como um importante caminho para a melhoria das qualificações da sua população e para o emprego qualificado.

Em Vila de Rei, a oferta formativa profissional tem que ser definida olhando para o potencial de desenvolvimento do concelho de forma a criar condições de atratividade e fixação dos jovens, e de retorno dos que prosseguem estudos superiores. Com a dificuldade acrescida da perda de população, a desadequação atual da oferta formativa profissional pode contribuir para a eliminação desta oferta. Esta situação pode levar à procura por parte dos alunos de outras opções fora do município.

Vila de Rei		Amadora	
Especialização económica local/regional	Oferta Formativa Profissional 2013/2014	Especialização económica local/regional	Oferta Formativa Profissional 2013/2014
Exploração florestal Agroalimentar Materiais de construção e transporte	Turismo Rural e do Ambiente (nível secundário)	Serviços (avançados) às empresas Transporte e logística Química Energia e ambiente	Apoio à Gestão Desportiva Turismo Apoio Psicossocial Apoio à Infância Fotografia Frio e Climatização Gestão de Equipamentos Informáticos Design de Moda Comércio Cozinha e Pastelaria Restaurante e Bar Instalações Elétricas

Quadro 5 – Especialização económica local/regional em 2013 e oferta formativa Profissional em 2013/2014.  
Fontes: INE; DGeTE; Informação cedida pelos agrupamentos de escolas.

## 6. Questões conclusivas e para reflexão

A caracterização e projeção da população em idade escolar e a análise das dinâmicas económicas locais/regionais, não têm sido ferramentas utilizadas por estes municípios para uma boa definição, planeamento e gestão da oferta educativa e formativa.

A perda de população em idade escolar pode constituir-se como uma alavanca/oportunidade para um planeamento concertado e estratégico concelhio da educação e formação, no caso de Vila de Rei, e para uma reorganização da rede de oferta educativa e formativa, no caso da Amadora.

As migrações concelhias/regionais têm que ser vistas à luz da criatividade dos territórios para atração e fixação da população (ex. cidades criativas), atração essa que pode ser exercida, também, pela oferta educativa e formativa.

Na definição e planeamento desta oferta há que ter em conta a especialização económica local/regional e as estratégias de desenvolvimento concelhio/regional. Como se define? Os estudos que temos desenvolvido revelam estratégias de manutenção das bases de recrutamento por parte das escolas e pouca atenção às preferências e escolhas dos alunos (Peliz, 2014), o que resulta numa desadequação entre a oferta e a procura.

A via profissional tem vindo a ser apropriada pelas escolas secundárias da rede pública, mas é cada vez mais condicionada pela diminuição da população em idade escolar que, a par com a crise económico-financeira (cujas consequências no (des)emprego parecem cristalizar-se) (Peliz, 2014) e com a incerteza que prevalecem na escolha das trajetórias escolares (Sebastião 2009), contribui para a desmotivação dos jovens para a obtenção de uma maior qualificação, o que se traduz na manutenção de baixos níveis de qualificação em alguns concelhos (Peliz, 2015) e territórios do país e na manutenção do desajustamento da oferta educativa aos eixos de desenvolvimento socioeconómico de cada município (Peliz, 2014).

## **Referências**

Bandeira, M. L. (2007). Demografia escolar e análise longitudinal: escolarização e escolaridade de coortes de alunos dos ensinos básico e secundário. *Análise Social*, vol. XLII (183), pp. 515-538.

Batista, S., Gonçalves, E., Peliz, M., & Pimentel, T. (2016). Diagnóstico e Linhas Gerais de Ação para o Plano de Desenvolvimento Educativo Municipal de Vila de Rei. Lisboa: Projecto ESCXEL - Rede de Escolas de Excelência.

Batista, S., Gonçalves, E., Peliz, M., & Pimentel, T. (2016a). Diagnóstico e Linhas Gerais de Ação para o Plano de Desenvolvimento Estratégico da Amadora. Lisboa: Projecto ESCXEL - Rede de Escolas de Excelência.

Cerca, I. (2007). Poder local e educação: que relação? - A descentralização de Competências Educativas para o Poder local. Coimbra: Tese de Mestrado. Universidade de Coimbra.

Chang, G.-C. (2008). "Strategic Planning in Education: Some Concepts and Methods". In *Directions in educational planning: symposium to honour the work of Françoise Caillods*. Paris: International Institute for Education Planning - UNESCO.

Gonçalves, E. & Batista, S. (eds.) (2016). "Conference Proceedings of First ESCXEL Project International Conference – Networks, Communities and Partnerships in Education: actors, goals and results". First ESCXEL Project International Conference – Networks, Communities and Partnerships in Education: actors, goals and results (pp. 85-90). Lisbon: ESCXEL Project - School Network for Excellence.

Peliz, M. (2014). O ensino profissional de nível secundário em Portugal, 2000-2014. Quase-mercado e isomorfismo. Lisboa: Projecto ESCXEL - Rede de Escolas de Excelência.

Peliz, M. (2015). Que oferta formativa profissional de nível secundário para a Amadora? . Amadora: Centro de Formação e Associação de Escolas do Concelho da Amadora, Câmara Municipal da Amadora.

Pimentel, T. (2014). Diagnóstico demográfico e projeção da população de Vila de Rei 1960-2040. Lisboa: Projecto ESCXEL - Rede de Escolas de Excelência.

Sebastião, J. (2009). Democratização do Ensino, Desigualdades Sociais e Trajetórias Escolares. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.